



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nº 0185145-0**

**Agravante: H. Stern Comércio e Indústria S/A.**

**Advogada: Carla Rio Lima Moraes de Melo.**

**Agravado: Estado de Pernambuco.**

**Procurador: Alexandre Tadeu Rabelo de Lemos.**

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ADMINISTRATIVO SEM EFEITO SUSPENSIVO. NÃO-INTERRUPÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É certo que o recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, III, do CTN, o que não implica, automaticamente, na suspensão do prazo para impetração do Mandado de Segurança.
2. O prazo decadencial começa a fluir após ato supostamente ilegal, o qual, no presente caso, foi o auto de infração que constituiu o crédito tributário em favor do Estado, não merecendo acolhida a alegação do apelante/agravante no sentido de que a constituição do crédito tributário se deu no momento da decisão do recurso administrativo.
3. Isso porque a constituição do crédito tributário se dá no momento do lançamento, esteja ou não condizente com a lei.
4. Demais disso, consta da exordial (fl.15) que o ato atacado é o próprio lançamento. Veja-se: *"Assim, tendo em vista que o Gerente-Geral de Operações é a Autoridade Responsável pelo lançamento contido no Auto de Infração nº 005.03074/04-7, lavrado contra a impetrante, é contra ele que se impetra o presente mandado de segurança (fl.15)".*
5. Assim é que a impetração contra a referida autoridade faz prevalecer o entendimento no sentido de que a impetração é intempestiva, vez que pretendeu atacar a lavratura do auto de infração e não a decisão administrativa proferida pelo TATE.
6. Registre-se, por oportuno, entendimento pacífico do STJ no sentido de que o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança não se interrompe nem se suspende em razão de pedido de reconsideração ou da interposição de recurso administrativo quando não concedido efeito suspensivo (Neste sentido: MS 7



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

12.665/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2007, DJ 10/09/2007 p. 185. AgRg no REsp 744.217/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 29/05/2008, DJe 01/09/2008). AgRg no REsp 1051765/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 15/12/2008). MS 15158 / DF. MANDADO DE SEGURANÇA. 2010/0059856-3. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Órgão Julgador: S1- Primeira Seção. Publicação: DJe de 01/09/2010).

7. Agravo improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0185145-0, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nº 0185145-0**

**Agravante: H. Stern Comércio e Indústria S/A.**

**Advogada: Carla Rio Lima Moraes de Melo.**

**Agravado: Estado de Pernambuco.**

**Procurador: Alexandre Tadeu Rabelo de Lemos.**

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo hostilizando decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao apelo, mantendo inalterada a sentença recorrida que considerou intempestiva a impetração.

Em suas razões (fls. 771/789), o agravante praticamente reitera o defendido em sede de apelação, aduzindo, em síntese, que embora o prazo decadencial para impetração não se suspenda nem se interrompa, o seu termo inicial pode ser deslocado para momento posterior, é dizer, quando da ciência da decisão administrativa.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 21 / 03 / 2013

**José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nº 0185145-0**

**Agravante: H. Stern Comércio e Indústria S/A.**

**Advogada: Carla Rio Lima Moraes de Melo.**

**Agravado: Estado de Pernambuco .**

**Procurador: Alexandre Tadeu Rabelo de Lemos.**

**RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.**

**VOTO**

Analisando o que consta às razões de Agravo, verifico que constituem mera repetição do sustentado em sede de apelação, insuficientes à reforma da decisão recorrida, motivo pelo qual mantenho o meu posicionamento, transcrevendo na íntegra a decisão recorrida, evitando-se, assim, a repetição de argumentos:

Eis o teor da decisão recorrida:

**DECISÃO TERMINATIVA**

*Trata-se de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança em apenso que, acolhendo a preliminar de intempestividade, indeferiu a inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, ao tempo em que declarou a nulidade da liminar concedida.*

*Em suas razões (fls.683/697), sustenta o apelante, inicialmente, a inexistência de decadência na medida em que o crédito tributário ainda estava pendente de julgamento na esfera administrativa.*

*Aduz, ainda, que a fluência do prazo decadencial em questão apenas terá início com a ciência da decisão administrativa, momento em que, segundo o apelante, constitui-se definitivamente o crédito tributário.*

*Requerer, ao final, o provimento do apelo para reforma do decisum recorrido.*

*Contrarrazões nos autos (fls.700/711), pela manutenção da sentença.*

*Parecer ministerial às fls. 724/733 pugnando pelo improvimento do apelo, mantida a sentença recorrida.*



809  
B

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

É o que importa relatar. **DECIDO.**

A questão que ora se apresenta é de fácil deslinde, sendo certo que a decisão hostilizada não merece reparos, senão vejamos.

A apelante viu-se autuada pelo Fisco de Pernambuco sob o suposto de ter cometido infração tributária, conforme Auto de Infração nº 00.03074/04-7, tendo oferecido Defesa Administrativa perante o TATE-Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Pernambuco, o qual, em decisão datada de 18/06/2005 julgou procedente o Auto de Infração.

Em 14/10/2005, o apelante impetrou o presente mandado de segurança, objetivando o reconhecimento do direito "líquido e certo" de não recolher o crédito tributário lançado no Auto de Infração em comento.

A sentença a quo indeferiu a inicial, reconhecendo a intempestividade da impetração, ao argumento segundo o qual o exercício da defesa administrativa não suspende ou interrompe o prazo decadencial para impetração.

Analisando as razões do recurso, constato que o apelante sustenta, em síntese, a tese no sentido de que o dies a quo para a impetração teria ocorrido após a decisão da Administração.

É certo que o recurso administrativo suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, III, do CTN, o que não implica, automaticamente, na suspensão do prazo para impetração do Mandado de Segurança.

Ressalte-se que o prazo decadencial começa a fluir após ato supostamente ilegal, o qual, no presente caso, foi o auto de infração que constituiu o crédito tributário em favor do Estado, não merecendo acolhida a alegação do apelante no sentido de que a constituição do crédito tributário se deu no momento da decisão do recurso administrativo.

Isso porque a constituição do crédito tributário se dá no momento do lançamento, esteja ou não condizente com a lei.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL -MANDADO DE SEGURANÇA -SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO IPTU -DECADÊNCIA -TERMO A QUO -ART. 18 DA LEI N. 1.533/51 -CONTAGEM DA DATA DA ESCRITURA DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA QUE MENCIONA A EXISTÊNCIA DO DÉBITO -REEXAME -IMPOSSIBILIDADE -SÚMULA 7/STJ.

1. Discute-se nos autos a data da ciência inequívoca do ato impugnado pela impetrante, ora recorrente, para fins de contagem do termo a quo do prazo decadencial de 120 dias para impetração do mandado de segurança, nos termos do artigo 18 da Lei n. 1.533/51.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte, em ação mandamental postulando o afastamento da exigibilidade do crédito de IPTU, o



810  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*prazo decadencial para a impetração inicia-se a partir a inequívoca notificação do contribuinte, quando, então, o lançamento será tido como válido.*

3. O Tribunal de origem interpretou o artigo 18 da Lei n. 1.533/51, dispositivo tido por afrontado, a partir de argumentos de natureza eminentemente fática, ao considerar que a ciência do ato impugnado pela recorrente se deu no momento da lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda do imóvel, e não com a expedição de certidão positiva pela municipalidade.

4. Não há como aferir eventual violação e contrariar o convencimento obtido pelas instâncias ordinárias sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, ante o óbice da Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. Recurso especial não-conhecido.<sup>1</sup>

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO. MULTA MORATÓRIA. INCLUSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. LEI Nº 1.533/51, ART. 18.**

1. O prazo decadencial de 120 dias para a impetração do mandado de segurança a que alude o art. 18 da Lei 1.533/51 tem início a partir da ciência pelo contribuinte do valor do débito parcelado e do demonstrativo de consolidação do débito, incluindo a multa moratória. Precedentes da Segunda Turma.

2. Embora dilua no tempo a obrigação de pagar o tributo, o parcelamento é ato administrativo único, não se renovando o prazo

decadencial com o vencimento de cada parcela.

3. Recurso especial não provido.<sup>2</sup>

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. COBRANÇA DE IPTU COM ALÍQUOTA PROGRESSIVA. ART. 18 DA LEI 1.533/51. CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL DE 120 DIAS PARA A IMPETRAÇÃO. TERMO INICIAL. LANÇAMENTO. NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO ÚNICO.**

1. O lançamento do IPTU é ato administrativo único, o qual não se renova nos meses seguintes, e não se confunde com o parcelamento, que é forma de pagamento do débito tributário.

2. Caso o contribuinte pretenda questionar o IPTU, deve fazê-lo no prazo decadencial de 120 dias, contados da data em que foi notificado do lançamento, sob pena de se operar a decadência (art. 18 da Lei 1.533/51).

3. Agravo regimental desprovido.<sup>3</sup>

*Demais disso, consta da exordial (fl.15) que o ato atacado é o próprio lançamento. Veja-se:*

<sup>1</sup> STJ, REsp 1085628 RJ 2008/0193443-8. Relator(a): Ministro HUMBERTO MARTINS. Julgamento: 20/11/2008. Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação: DJe 12/12/2008.

<sup>2</sup> STJ, REsp 967.868/SP, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 20.9.2007, DJ 4.10.2007.

<sup>3</sup> STJ, AgRg no REsp 645.715/SP, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 10.10.2006, DJ 7.11.2006.



811  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*Assim, tendo em vista que o Gerente-Geral de Operações é a Autoridade Responsável pelo lançamento contido no Auto de Infração nº 005.03074/04-7, lavrado contra a impetrante, é contra ele que se impetra o presente mandado de segurança (fl.15)*

*Assim é que a impetração contra a referida autoridade faz prevalecer o entendimento no sentido de que a impetração é intempestiva, vez que pretendeu atacar a lavratura do auto de infração e não a decisão administrativa proferida pelo TATE.*

*Desse modo, considerando que o prazo decadencial para a impetração começa a fluir após o ato ilegal que, in casu, foi o auto de infração, o qual constituiu o crédito tributário, e não decisão do recurso administrativo, tenho que não merece reparos o decurso recorrido, devendo ser mantido em todos os seus termos.*

*P.I.*

*Recife, 21/12/2012.*

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**

Registre-se, por oportuno, entendimento pacífico do STJ no sentido de que o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança não se interrompe nem se suspende em razão de pedido de reconsideração ou da interposição de recurso administrativo quando não concedido efeito suspensivo (Neste sentido: *MS 12.665/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2007, DJ 10/09/2007 p. 185. AgRg no REsp 744.217/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 29/05/2008, DJe 01/09/2008*). *AgRg no REsp 1051765/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 15/12/2008*). *MS 15158 / DF. MANDADO DE SEGURANÇA. 2010/0059856-3. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Órgão Julgador: S1- Primeira Seção. Publicação: DJe de 01/09/2010*).



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assim, com base nos mesmos fundamentos constantes da  
decisão agravada, voto pelo improvimento do presente Agravo, com a  
manutenção desta em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 / 03 / 2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**